

**DECRETO Nº 20.349, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019.**

**Regulamenta a Lei Complementar nº 821, de 21 de novembro de 2017, que cria o Fundo Municipal de Defesa Civil (Fumdec), do Município de Porto Alegre.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 1º, da Lei Complementar nº 821, de 21 de novembro de 2017 e em conformidade com o que dispõe o artigo 71 e seguintes, do Título VII, da Lei Federal nº 4.320, de 11 de março de 1964,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica regulamentado o Fundo Municipal de Defesa Civil (Fumdec), do Município de Porto Alegre como instrumento de captação e aplicação de recursos a serem utilizados conforme os objetivos previstos no art. 2º da Lei Complementar nº 821, de 21 de novembro de 2017.

**Art. 2º** As fontes de receita do (Fumdec) são aquelas previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 821, de 2017.

**Art. 3º** O Fumdec é da responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança (SMSeg), por intermédio da Diretoria-Geral de Defesa Civil (DGDC), que promoverá as ações necessárias ao funcionamento do Fundo.

**Parágrafo único.** O Secretário Municipal de Segurança designará 1 (um) Funcionário como gestor do Fundo, recrutado entre os Servidores Municipais, legalmente habilitado, para exercer atividades nas áreas administrativas, financeira e contábil, sendo este ordenador de despesas do Fundo.

**Art. 4º** Fica criado o Comitê de Deliberação, que terá como finalidade a análise e autorização das despesas conforme os objetivos previstos no art. 2º da Lei Complementar nº 821, de 2017

**Art. 5º** O Comitê será composto por 3 (três) servidores Municipais, sendo, no mínimo, 2 (dois) servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

**Art. 6º** Os recursos a que se refere o art. 3º da Lei Complementar nº 821, de 2017, serão transferidos, depositados, ou recolhidos em conta específica em nome do Fumdec,

em instituição bancária oficial pública, devendo os seus valores serem informados à Contadoria-Geral do Município (CTGM) da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), para fins de registro.

**Art. 7º** Compete aos Ordenadores Financeiros, legalmente designados movimentar as contas bancárias do Fumdec.

**Art. 8º** A administração do Fumdec, para cumprir com as obrigações legais em vigor, recorrerá, sempre que necessário, aos Órgãos Técnicos da Prefeitura Municipal como a Controladoria Geral do Município (CGM), Procuradoria-Geral do Município (PGM), e outros que venham a ser necessários para o efetivo exercício de suas atribuições.

**Art. 9º** Compete ao Gestor do Fundo, com assessoramento do Comitê de Deliberação, a confecção da proposta orçamentária anual do Fumdec, para que conste na Lei Orçamentária Anual e, a prestação de contas a ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) pela SMF e Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTTC), conforme previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 821, de 2017.

**Parágrafo único.** Mensalmente, o Gestor do Fundo prestará contas aos órgãos de controle do Município, incluindo balancetes que demonstrem a movimentação de seus recursos bem como, ao final de cada exercício ou sempre que solicitado, a relação dos bens adquiridos com recursos do Fumdec ou que venham a ser doados a ele.

**Art. 10.** Os bens adquiridos com os recursos do Fumdec serão incorporados ao patrimônio municipal, registrando-se a fonte de aquisição, bem como serão controlados e administrados pelo Executivo Municipal.

**Art. 11.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 5 de setembro de 2019.

Nelson Marchezan Júnior,  
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Nelson Nemo Franchini Marisco,  
Procurador-Geral do Município.